

A EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA PREVISÃO DE RESULTADOS DE JULGAMENTOS

Caio Duarte Jácome Soares¹
Rafael Lima Gomes Ferreira²

1-Estudante do curso de Direito das Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE/JANUÁRIA.

2-Professor do curso de Direito das Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE/JANUÁRIA.

INTRODUÇÃO

A crescente intersecção entre tecnologia e direito levou a avanços significativos na aplicação da inteligência artificial (IA) na prática jurídica, um dos campos mais promissores, ao mesmo tempo desafiador. O desafio que essa integração enfrenta é a capacidade da inteligência artificial de prever o resultado dos julgamentos judiciais.

A questão fundamental que esta pesquisa procura abordar é a eficiência e eficácia da inteligência artificial, revelando como essa tecnologia está mudando o cenário jurídico, quando se trata de prever resultados de julgamentos. Prever os resultados dos julgamentos através da inteligência artificial é um avanço que tem o potencial de revolucionar a forma como advogados, juízes e partes interessadas abordam o sistema judicial.

A capacidade de prever com precisão o resultado de um caso tem implicações profundas para a eficiência do sistema jurídico, a gestão dos recursos judiciais e a tomada de decisões informadas. No entanto, essa mudança não é isenta de complexidades, incluindo questões éticas, questões de viés algorítmico e a necessidade de garantir que a justiça e a equidade continuem a ser pilares fundamentais do processo judicial. Este trabalho visa examinar criticamente a eficiência e eficácia dos sistemas de inteligência artificial na previsão de resultados de julgamentos, analisando a literatura atual, estudos de caso e considerações éticas. Exploraremos a aplicação da inteligência artificial

Nesse contexto, seus benefícios e desafios e como ela pode moldar o futuro do sistema de justiça. Ao fazê-lo, busca-se fornecer uma visão abrangente do tema e contribuir para a compreensão do impacto dessa tecnologia na prática do direito contemporâneo.

MÉTODO

Através de uma base de estudos, utilizando mecanismos de busca acadêmicas, como o próprio Google acadêmico, iniciou-se com a ilustração das palavras-chave e os termos relacionados ao tema escolhido. Foram lidos resumos de alguns dos artigos escolhidos para avaliar a relevância de cada um em relação ao tema e utilizados critérios, como optar por artigos científicos em português, gratuitos e publicados pelo menos nos últimos 10 anos e focar em artigos mais recentes para obter informações mais atualizadas.

A partir da leitura desses artigos, visou-se ao levantamento e entendimento da questão e que a inteligência artificial é ou não realmente eficiente e eficaz na previsão de resultados de julgamentos judiciais e quais são as implicações disso no sistema de justiça. A leitura dos artigos aprofundou a compreensão sobre a aplicação da inteligência artificial na previsão de resultados de julgamentos judiciais e permitiu avlair tanto a eficiência como a eficácia dessa tecnologia, provocando a pergunta para a investigação deste estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tabela 1 – Artigos científicos selecionados. 2023. (n=2).

Ano de publicação	n	%
2019	1	20%
2019	2	20%
2020	3	20%
2023	4	20%
2020	5	20%

Quadro 1 – Objetivos dos trabalhos selecionados.

Autores	Objetivo



(PIETRO et al., 2019)	Os autores visam indicar algumas variáveis para estabelecer diálogos entre o uso de novas tecnologias, especialmente a inteligência artificial e o meio jurídico. Isso é realizado com a finalidade de otimizar a agilidade processual e garantir o acesso à justiça, melhorando a eficiência do Poder Judiciário.
(SILVA et al., 2019)	Os autores buscam explorar o uso da Inteligência Artificial no meio jurídico. Eles apresentam uma análise dos aspectos positivos e negativos dessa tecnologia no Direito, tanto no campo da advocacia quanto no sistema judiciário, em que sua utilização está se tornando cada vez mais frequente. E também os autores examinam como os grandes escritórios de advocacia estão se adaptando a essa tecnologia, substituindo tarefas repetitivas por IA. Além disso, eles também se propõem a comparar a eficiência do trabalho jurídico antes e depois da introdução dessa inovação. O intuito é analisar se a inteligência artificial pode influenciar o



	<p>mercado da advocacia, se deve ser abundantemente adotada no espaço jurídico e quais seriam as consequências positivas e negativas dessa adoção para o futuro da advocacia. Os autores partem da premissa de que a tecnologia, quando utilizada de maneira adequada, pode trazer benefícios em muitas áreas, incluindo a agilidade e eficiência no atendimento a altas demandas. consequentemente, os autores buscam avaliar o potencial impacto da inteligência</p>
(LEONARDO et al., 2020)	<p>O intuito dos autores nessa revista é analisar a aplicação dos sistemas de IA na área do direito, com um foco pessoal na relação entre a inteligência artificial e o princípio constitucional da motivação das decisões judiciais. O autor visa examinar como a inteligência artificial pode ser usada no processo decisório judicial, levando em consideração a necessidade de clareza e motivação nas decisões judiciais, bem como a influência da teoria hermenêutica escolhida pelo próprio julgador.</p>

(PAULICHI et al., 2023)	O intuito dos autores nessa revista é explorar o uso da IA no âmbito do Poder Judiciário, especificamente em relação ao auxílio aos magistrados nas decisões judiciais. Os autores buscam explorar a aptidão dos sistemas de IA em ajudar os magistrados em suas tomadas de decisões e levantam a questão de se esses sistemas poderiam, no futuro, acabar substituindo completamente os magistrados na elaboração de decisões judiciais. Eles começam falando sobre o que é IA e como ela pode ajudar para a atividade do magistrado nas tomadas de decisões. Em seguida, os autores abordam aspectos específicos do processo de prolação de sentenças, como o princípio jurídico "Iuria Novit Curia" (o juiz conhece o direito) e o julgamento de equidade. Os autores avaliam como a IA pode inspirar esses processos.
(ALARIE et al., 2020)	O objetivo dos autores é destacar como a inteligência artificial e determinadas ferramentas de análise de litígios podem ajudar na prática da advocacia privada, fornecendo insights valiosos e apoio na tomada de decisões estratégicas para advogados e escritórios de advocacia.

Por meio desses artigos, absorvemos que a inteligência artificial ajuda diretamente na otimização do tempo que é, de certa forma crucial em um ambiente em que o tempo muitas vezes é escasso. Foi possível compreender o potencial da IA em fornecer informações relevantes de maneira rápida e eficiente, o que acaba facilitando a tomada de decisões informadas no meio jurídico e sendo capaz de realizar tarefas com precisão e acertos, o

que pode acontecer de evitar erros que poderiam ocorrer se fossem realizadas por seres humanos. Isso particularmente é importante em áreas jurídicas onde a precisão é essencial.

E, também, entendemos que a IA é aplicada na previsão de resultados judiciais através de algoritmos de aprendizado de máquina e análise de dados. Esses algoritmos são alimentados com vastos conjuntos de dados que incluem informações sobre casos anteriores, jurisprudência, decisões judiciais e evidências. Com base nessas informações, a IA utiliza modelos estatísticas para prever resultados possíveis em casos futuros.

Isso proporciona uma visão probabilística dos fenômenos de interação no contexto jurídico. A jurimetria oferece uma perspectiva sistemática dos fatores que influenciam e desempenham um papel na tomada de decisões pelos juízes, pois contribui para estabelecer padrões de comportamento legal com base em elementos quantitativos. Por meio do uso de padrões jurimétricos para pesquisa, é possível identificar e trazer maior clareza e previsibilidade às decisões judiciais.

A pesquisa judicial também pode aumentar a legitimidade do sistema jurídico ao exercer uma função de supervisão e monitoramento das partes e procedimentos envolvidos. A previsibilidade no campo jurídico é baseada em pesquisas abrangentes, ou seja, em bancos de dados com amostras numericamente expressivas e significativas. Essa análise dos metadados pode auxiliar na identificação de modelos similares de conduta ou padrões comportamentais dos tribunais. Através da Jurimetria, torna-se possível fazer previsões sobre diversos eventos legais, como o tempo estimado para o andamento dos processos, a propensão das partes requeridas em realizar acordos ou as decisões que provavelmente serão proferidas por determinado juiz. Combinando técnicas como análise volumétrica, jurimetria e análise jurídica, podemos construir um quadro mais confiável para a formulação de previsões em relação a processos em andamento.

A jurimetria é uma prática que envolve a análise minuciosa de um grande volume de dados, a fim de obter informações estatísticas sobre as taxas de deferimento e indeferimento em processos judiciais, com base nas decisões anteriores em casos

semelhantes. Isso permite que os escritórios jurídicos criem estratégias mais eficazes e planejem melhor os custos envolvidos.

No contexto das decisões judiciais, existem processos com características semelhantes, o que sugere a possibilidade inquestionável de identificar padrões no comportamento dos tribunais e dos juízes por meio da análise das decisões, do uso de termos-chave relevantes, da diferenciação entre teses e argumentações jurídicas bem-sucedidas e dos indicadores de deferimento e indeferimento para casos com causas similares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eficiência da Inteligência Artificial na Previsão de Resultados Judiciais: A inteligência artificial tem demonstrado eficiência na previsão de resultados judiciais, especialmente devido à sua capacidade de examinar grandes volumes de dados e identificar padrões sutis que podem ser difíceis de serem percebidas por métodos tradicionais. Algoritmos de aprendizado de máquina e técnicas de processamento de linguagem natural têm sido aplicados com êxito na análise de decisões judiciais anteriores, jurisprudência e evidências, permitindo a geração de previsões com base em informações objetivas.

Eficácia da Inteligência Artificial na Previsão de Resultados Judiciais: A eficácia da inteligência artificial na previsão de resultados judiciais varia de acordo com múltiplos fatores, desde a qualidade dos dados utilizados, a precisão dos algoritmos empregados e a dificuldade do caso em questão. Em alguns casos, a IA tem demonstrado ser altamente eficaz na previsão de resultados com uma precisão considerável. No entanto, em outros casos, podem acontecer limitações devido a questões, como o viés nos dados de treinamento ou a falta de transparência nos algoritmos utilizados.

Implicações no Sistema de Justiça: A eficácia da inteligência artificial na previsão de resultados judiciais tem implicações significativas no sistema de justiça. Por um lado, pode ajudar para uma tomada de decisões mais informada e eficiente, ajudando a dar uma “aliviada” na carga de trabalho dos tribunais e a acelerar o processamento de casos. Mas, por outro lado, acabam surgindo desafios relacionados à transparência, ética e equidade. A dependência excessiva de algoritmos pode causar preocupações sobre a possibilidade de viés algorítmico e de que grupos minoritários ou marginalizados sejam prejudicados.

Palavras-chave: Inteligência Artificial, Previsão de resultados judiciais, Jurimetria, Direito.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. D. DE .; ROSA, B. DE C.; PINTO, E. R. G. DE C.. Legal tech: analytics, inteligência artificial e as novas perspectivas para a prática da advocacia privada. **Revista Direito GV**, v. 16, n. 1, p. e1951, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6172201951>. Acesso em: 30 set. 2023

LEONARDO, César Augusto Luiz; ESTEVÃO, Roberto da Freiria. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES, HERMENÊUTICA E INTERPRETAÇÃO: ALGUNS QUESTIONAMENTOS A RESPEITO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA AO DIREITO. **Revista Em Tempo**, [S.l.], v. 20, n. 1, nov. 2020. ISSN 1984-7858. Disponível em: <<https://revista.univem.edu.br/emtempo/article/view/3305>>. Acesso em: 30 sep. 2023. doi: <https://doi.org/10.26729/et.v20i1.3305>.

PAULICHI, Jaqueline da Silva; CARDIN, Valéria Silva Galdino. A Inteligência Artificial como meio de auxílio ao juiz e a sua capacidade decisória. **Revista Thesis Juris**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 147–166, 2023. DOI: 10.5585/rtj.v12i1.22102. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/thesisjuris/article/view/22102>. Acesso em: 30 set. 2023.

PIETRO, Josilene Hernandes Ortolan Di; MACHADO, Edinilson Donizete; ALVES, Fernando de Brito. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITO:. **Revista Em Tempo**, [S.l.], v. 18, n. 01, p. 15 - 32, dec. 2019. ISSN 1984-7858. Disponível em: <https://revista.univem.edu.br/emtempo/article/view/3203>. Acesso em: 19 set. 2023.

SILVA, J. A. S. DA; MAIRINK, C. H. P. Inteligência artificial. **LIBERTAS: Revista de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 9, n. 2, p. 64-85, 13 dez. 2019. Disponível em: <https://famigvirtual.com.br/famig-libertas/index.php/libertas/article/view/247>. Acesso: 19 set. 2023.